

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 901 - de 26 de maio a 9 de junho 2022

JÁ DEU!

**Chega dessas
instituições, chega dessa
polícia e desse governo!
O povo tem que ter
voz para dizer o que é
preciso fazer**



Eduardo Anzelli/Folhapress



ATO NACIONAL PELA
“**CONSTITUINTE**
COM **LULA**”

2/JUL ÀS 15H
CASA DE PORTUGAL
AV. DA LIBERDADE, 602, SP

www.petista.org.br

📍 Moradores protestam na porta do Hospital Getúlio Vargas contra a chacina na Vila Cruzeiro (RJ)

JUVENTUDE

Comunidade escolar diz não à escola militar

pág.2

LUTA DE CLASSE

Em São Paulo, famílias conquistam vitória em ocupação

pág.7

NACIONAL

Instituições e Bolsonaro: entre tapas e beijos eles se entendem

pág.8

INTERNACIONAL

Madri: atividades contra a guerra e a cúpula da Otan

pág.11

Ensino domiciliar contra a educação

PL 3.179 é repudiado por entidades sindicais, educacionais e científicas

A Câmara dos Deputados aprovou em primeira votação o projeto de lei 3.179 que autoriza o ensino domiciliar (“homeschooling”). Trata-se de uma mudança na legislação educacional que põe fim a obrigatoriedade do ensino escolar no Brasil. Mais de 400 entidades sindicais e movimentos de educação divulgaram manifesto contrário.

Especialistas em educação denunciam

Para Nora Krawczyk, professora da Unicamp “o ensino domiciliar não pode ser tratado fora do contexto político que o Brasil está vivendo. Precisa ser compreendido como mais um forte ataque à escola pública, junto com a escola sem partido, as escolas militarizadas etc.”. Nora acrescenta que há “grupos econômicos que estão por trás da produção de material didático, inclusive com aulas gravadas” endossando a proposta.

Já Eudes Baima, da Universidade Estadual do Ceará, considera que “por óbvio nenhum pai ou mãe esteve

jamais proibido de ensinar seus filhos e filhas em casa. Do que se trata agora é de equiparação da instrução escolar às lições caseiras. A educação escolar configura uma síntese, construída historicamente pela humanidade, dos elementos principais de compreensão do mundo”. Para o professor “a dita educação domiciliar arrancaria as crianças deste contexto de aprendizagem dos elementos necessários ao entendimento da realidade e os submete a uma aprendizagem que ninguém poderá atestar e que substituirá os conteúdos clássicos pelos preconceitos, mistificações e o senso comum das famílias, todo o contrário da função da escola”.

Salomão Ximenes, professor da UFABC, também é enfático na sua abordagem: “é necessário desfazer alguns mitos estrategicamente plantados durante a tramitação do PL”. Entre esses mitos ele explica que “as residências homeschoolers seriam incorporadas aos sistemas de ensino em quesitos como currículo,

supervisão, avaliação - mentira, não há condições disso acontecer, é uma miragem criada para justificar a aprovação do projeto”.

Pais e profissionais da educação questionam

A defesa do homeschooling tem como fachada associações que defendiam a tese de pais não serem obrigados a enviar seus filhos para escola. São movimentos como o “Escola Sem Partido” e a histórica campanha contra “Ideologia de gênero”, apoiadas por Bolsonaro.

Para Enedino Soares, pai de Heloísa de 7 anos “a criança que não vai à escola não vivencia a diversidade nem os problemas que só o ambiente escolar proporciona”. Deborah Rocha, mãe do Luiz de 3 anos, explica “isso vai contra todos os avanços que a gente entende na educação. É um retrocesso no direito da criança de viver em sociedade”. A coordenadora pedagógica Jéssica Monteiro relembra o impacto da pandemia “O ensino

remoto durante o início da pandemia desmontou a farsa do homeschooling, significa dizer que a escola é mais do que um ambiente propício às aprendizagens de conteúdos, é na escola em que aprendemos a fazer fila, a esperar nossa vez de falar, a conviver com a diversidade de visões de mundo (religiosas, políticas, culturais)”.

Para Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a proposta é uma tragédia. “Só tem retrocessos. A decisão fica para o adulto impor o que quer e o que pensa para as crianças. É uma interferência no direito de estar na escola”. Araújo denuncia a farsa de que o ensino será fiscalizado “alguém vai ter que ter tempo para supervisionar, mas a realidade é que o Estado, hoje, não tem controle nem sobre as escolas. E não vai ter controle para supervisionar casa por casa”.

Alexandre Linares

Estudantes rejeitam militarização de escola

Mobilização em Minas Gerais levantou uma barreira contra planos de Zema e Bolsonaro

Estudantes, professores e pais de alunos rejeitaram por 300 votos a 24 a tentativa de militarização da escola estadual Nyrce Villa Verde, em Juiz de Fora, Minas Gerais. A votação é uma barreira para a tentativa de implantação desse projeto, que chegou a ser aprovado em outras escolas.

Desde o lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), em 2019, aproximadamente 120 foram militarizadas no Brasil e o MEC almeja transformar pelo menos mais 100 até 2023. Com orçamento que saltou de R\$ 14 milhões em 2020 para R\$ 46 milhões em 2021, o programa está a todo vapor.

Em meio a uma precarização geral das escolas públicas do país, com corte de verbas e o fim de programas pedagógicos variados, este programa de escolas cívico-militares é empurrado com a promessa de multiplicar investimentos e elevar o nível pedagógico.

O governo Bolsonaro comemora o processo acelerado, que privilegia sua base de apoio nas Forças Armadas e Polícia Militar. Ainda assim, tem esbarrado na resistência de quem não aceita ficar refém dessa chantagem financeira contra a escola pública.

Disciplina ou medo?

Um dos argumentos mais utilizados



Estudantes e professores juntos contra a militarização das escolas

em favor da implementação do modelo é de que diante da insegurança generalizada e de uma suposta falta de disciplina, a hierarquia militar poderia contribuir para uma melhor fluidez e atenção ao ensino-aprendizagem.

A verdade, no entanto, é que depois de implementada, toda livre organização dos estudantes e a liberdade de cátedra dos professores vai pelo ralo.

No último dia 5 de maio um vídeo gravado numa escola cívico-militar do DF circulou por todo o país.

Nas imagens é possível ver um PM que trabalha na escola ameaçar um adolescente, falando com todas as letras: “te arreberto, moleque!”. O motivo? O estudante participou do protesto que repudiava a exoneração da vice-diretora depois de divergir dos militares no interior da escola. Nada mais simbólico.

Juventude rejeita programa

Na escola estadual Nyrce Villa Verde, em Juiz de Fora, a tentativa de

empurrar a militarização incomodou os estudantes e gerou uma forte resistência. “Foi tudo muito rápido, menos de 24h”, comentou Felipe, aluno do Ensino Médio. Uma assembleia foi convocada para consultar a comunidade e por isso os estudantes resolveram chamar “uma reunião dos representantes, onde nós tivemos a ideia de pegar cartolinas e montar algumas frases defendendo a educação pública”, relatou Alice, também estudante da escola.

“Prejudicaria muitos de nós, retiraria nossa identidade. As escolas cívico-militares impõem padrões ridículos sobre os alunos, e caso não os sigam, são convidados a se retirar. O Nyrce é um colégio de “comunidade”, afetaria os projetos da escola pois, mesmo dizendo que não, iam fazer daquele colégio uma prisão, os alunos não teriam direito de se expressar”, complementou Alice, justificando a mobilização.

Com isso, a juventude lotou a quadra da escola e foi determinante para a votação que decidiu por ampla maioria um entusiasmado “não à escola cívico-militar!”. Agora os estudantes planejam reforçar o conselho de representantes de sala de aula e prosseguir a construção de um grêmio estudantil.

Leo Nurnberg.

Um país asfixiado pelas atuais instituições

No dia 24 de maio a Polícia Militar, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) e a Polícia Rodoviária Federal fizeram mais uma incursão criminosa contra o povo numa favela no Rio de Janeiro. Vila Cruzeiro: 26 mortos! A segunda maior chacina no Rio, governado pelo bolsonarista Cláudio Castro (PL).

Em 25 de maio, na cidade de Umbaúba (SE), Genivaldo de Jesus Santos foi barbaramente assassinado pela polícia. Jogado e trancado no porta-malas de um carro da Polícia Rodoviária Federal morreu asfixiado com o gás ali despejado.

Um dia após o outro, as instituições de Estado promovem e acobertam assassinatos, em particular dos negros. E o que acontece? Começa o bla, blá, blá do “vamos investigar”, mas nada acontece. A desordem nacional continua, os assassinatos também. Agora até a Polícia Rodoviária Federal (que em tese existe para fazer a segurança das rodovias) participa de operações e oferece viatura para matar inocentes. Como Genivaldo cuja “culpa” era ser negro.

É a barbárie que marcha em nosso país.

Num mundo atravessado pelas consequências da guerra na Ucrânia, que além dos mortos, ucranianos e russos – jogados diretamente num confronto bélico que não lhes interessa – já ameaça milhões de morrer de fome, por falta de alimentos, em todo o mundo.

A barbárie ameaça o mundo inteiro, como fruto da sobrevivência do sistema capitalista que não tem outra coisa a oferecer, pois busca preservar os interesses da minoria que dele se beneficia: os que lucram na guerra, como lucraram na pandemia. Os ricos ficam cada vez mais ricos, enquanto milhões e milhões ficam mais pobres.

O Brasil participa dessa engrenagem com o governo de Bolsonaro, que saudou a operação na Vila Cruzeiro e que acaba de ser convidado por Joe Biden com pompa e circunstância,

É PRECISO ROMPER COM O SISTEMA QUE NOS TROUXE ATÉ AQUI

para sua cúpula das Américas (9 de junho, em Los Angeles), onde o imperialismo dos EUA tentará recuperar um terreno em nosso continente em meio à sua própria crise interna.

Mas, vamos combinar, Bolsonaro não chegou e permanece onde está há mais de 3 anos, não fosse a cumplicidade das instituições que o criaram. Congresso, Judiciário, Forças Armadas, Polícias, estes representantes da desordem que infecta o país e traz sofrimentos e mortes a seu povo. Também não teria chegado aonde

chegou, não fosse o beneplácito e propaganda da mídia que demonizou o PT e Lula. Se assim foi, se assim é, isto tem que mudar!

O país está sendo pilhado. Agora é a Eletrobrás que está na mira, com o aval do Tribunal de Contas da União. O povo está sendo esfolado. Agora é o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que o governo quer atacar. O ensino público está sob tiroteio. Agora é cobrança de mensalidade nas universidades públicas e o ensino domiciliar que eles querem instituir. O SUS está sendo desmantelado e a Agência Nacional de Saúde autoriza um aumento de 15,5% nos planos de saúde. E os salários despencando.

A eleição de outubro, sem abandonar a luta direta da classe trabalhadora, desde já, por reajuste geral dos salários, empregos e direitos, será, sem dúvida, um momento de cravar nas urnas um **Chega!** Mas, a vitória de Lula, pela qual lutamos, não resolverá todos os problemas se nela não nos apoiarmos para romper com esse sistema que nos trouxe até aqui. E para **romper** é preciso buscar os verdadeiros aliados. E é preciso, antes de tudo, lutar para dizer aos senhores das instituições que asfixiam o país: deu, agora acabou, é o povo que terá voz para dizer o que é preciso fazer. Esta é a batalha que nos engajamos, com o Diálogo e Ação Petista, organizando o ato nacional “Pela Constituinte com Lula” em 2 de julho.

NOTAS

Inflação não para de acelerar

A inflação não só está alta, ela não para de acelerar. O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo 15) dá uma prévia do valor da inflação para o mês de abril de 1,73%. É quase o dobro da inflação do mês de março, que ficou em 0,95%.

É o maior índice de subida de preços para o mês de abril desde 1995. É a maior inflação mensal no Brasil desde fevereiro de 2003.

Nos últimos 12 meses a inflação acumulada por esse índice já está em 12,13%.

Salário mínimo deve encerrar 2022 menor do que em 2018

Desde 1994 nenhum presidente terminou o mandato pagando um salário mínimo real menor do que quando assumiu, até hoje.

Agora, Bolsonaro irá encerrar o mandato em dezembro de 2022 pagando um salário mínimo 1,7% menor do que ele valia há quatro anos. Isso se a inflação não subir ainda mais do que o Banco Central está projetando hoje. É o resultado da corrosão da inflação que escala e a política sistemática do governo de não conceder aumento real nos últimos três anos.

33 milhões ganham até 1 salário mínimo

A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do final de dezembro de 2021 a empresa LCA Consultores calculou que 33,8 milhões de trabalhadores ganham 1 salário mínimo, ou menos.

São 36% de todos os trabalhadores do Brasil. Nunca antes nos registros desta pesquisa uma quantidade tão grande de trabalhadores ganhou tão pouco.

O verdadeiro salário mínimo

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), calcula o quanto deveria ser o verdadeiro valor de um salário mínimo.

Para tanto, eles pesquisam o quanto um trabalhador gastaria para sustentar uma família de quatro pessoas cobrindo todos os gastos com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

De acordo com a definição do que deveria ser um salário mínimo, na letra morta da Constituição de 1988, o valor calculado pelo Dieese seria de R\$ 6.394,76, ou seja, mais de cinco vezes o valor que de fato é pago.

Memória

PT DE CAMPINAS ORGANIZA CAMPANHA UNITÁRIA EM 1982

O funcionamento do Comitê Eleitoral Unificado [do PT] de Campinas é relatado abaixo (...). “Ele é composto por nove pessoas, todas com atribuições definidas, que coordenam subcomissões de finanças, propaganda e a de assessoria. O comitê planeja as atividades, a propaganda, as agendas dos candidatos e controla a arrecadação. (...) Nós fixamos uma cota de Cr\$ 50 mil por núcleo que devem ser arrecadados através de atividades coletivas, pois os candidatos são do partido. Este dinheiro arrecadado será revertido aos candidatos a vereador igualmente em forma de material de propaganda. (...) O que nós queremos é uma campanha unitária, que propague nossa plataforma, a ideia e as propostas do PT (...)”.

O Trabalho nº 153 – 27/5/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

MT: um candidato do PT se apresenta

Uma candidatura petista contra o agronegócio e o governador bolsonarista

Os militantes do Diálogo e Ação Petista (DAP) e do mandato do deputado estadual Lúdio Cabral (Movimento PT) estão defendendo uma candidatura própria do PT a governador.

A candidatura do PT reverte a situação inédita em que o governador Mauro Mendes (União, bolsonarista) diz na imprensa que, solitário, “vai ganhar por WO” a reeleição, sem oposição.

Outros nomes divulgados no âmbito da Federação com o PT - Maria Lúcia (ex-reitora), do PCdoB, e Stoppa (atual vice-prefeito da capital), do PV - não são para valer, mas para divulgar os seus nomes e se retirar.

No PT, para concorrer mesmo, se apresentam candidatos Domingos Garcia, presidente da Associação de Docentes da Universidade estadual (Adunemat) e Reginaldo Araújo, presidente da Associação de Docentes da federal (Adufmat). Lançado numa plenária do DAP, Domingos justificou assim a sua candidatura em entrevista a OT.

O Trabalho - Como está a situação no estado governado há anos por representantes do agronegócio?

Domingos Sávio - Mato Grosso é um estado dos mais desiguais do

Brasil. De um lado, vive em Mato Grosso a mulher mais rica do Brasil, que é ligada ao agronegócio; de outro lado, temos a tristemente célebre fila dos ossinhos, onde a população pobre procurando algo para comer no estado que é um grande exportador de soja, milho e carne.

A minoria dos barões do agronegócio sempre foi beneficiada pelos governos estaduais e federais, com isenções fiscais, financiamentos, obras e benefícios que potencializaram o seu enriquecimento, mas que querem continuar a governar o estado e se beneficiar das ações governamentais de Mauro Mendes e Bolsonaro. Em particular, com o estímulo à grilagem de terras públicas, à mineração em terras de indígenas e de comunidades tradicionais, bem como com ataques ao meio ambiente, com desmatamentos e queimadas.

OT - Por que o DAP decidiu lançar a sua candidatura a governador pelo PT?

DS - Porque entendemos que é da responsabilidade do PT lutar por uma expressão própria, conforme a sua força no estado e no país, passando pela norma legal da Federação com PCdoB e PV, comum candidato pra valer. Um candidato que defenda

Lula com um programa que rompa com as políticas dos últimos governos do estado (inclusive o atual) identificados com o agronegócio, que fortaleça os serviços públicos, que apóie a agricultura familiar e estabeleça políticas em benefício da maioria do povo.

OT - Como está a repercussão da sua candidatura na base?

DS - Entre os sindicalistas, entre os jovens, na base do PT, espremida pelos ataques de Bolsonaro e do governo Mauro Mendes aos direitos, aos serviços públicos, muitos se perguntam: em quem iremos votar para derrotar esse governador? A minha candidatura procura responder a essa busca, apresentando uma candidatura identificada com a luta pelas reivindicações sociais mais urgentes, pela vitória de Lula e pela reconstrução e transformação do país, o que, em minha opinião, passa pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para que o



Domingos Sávio

povo defina soberanamente quais instituições que lhe servem. Por isso, estou engajado na preparação do Ato Nacional Pela Constituinte com Lula de 2 de julho. Estaremos lá com uma delegação representativa do nosso estado.

Suspensa cassação de Renato Freitas

Luta contra perseguição racista ao vereador de Curitiba ganha fôlego



Vereador Renato Freitas, ameaçado

A sessão da Câmara Municipal de Curitiba que decidiria o pedido de cassação do jovem vereador negro do PT, Renato Freitas, foi suspensa por ordem judicial. No mesmo dia 19 de março, pela manhã, uma juíza concedeu liminar a recurso da defesa de Renato, no tocante a um e-mail

postado pelo Relator do caso na Comissão de Ética da Câmara, contendo ofensas racistas ao vereador.

Enquanto esse escabroso caso não for elucidado, a Câmara não pode votar o pedido de cassação, já aprovado pela Comissão de Ética. Ali, foram 5 votos a favor, 1 pela suspensão das prerrogativas e apenas 1 pelo arquivamento do caso.

Antes, no dia 5 de fevereiro, no protesto de Curitiba contra o bárbaro assassinato de um jovem negro congolês no Rio de Janeiro (protestos ocorreram em todo o país), manifestantes entraram na igreja do Rosário. Entre eles, o vereador Renato. Foi fartamente demonstrado por declarações e imagens que não houve “invasão” da igreja, nem interrupção de culto. Apesar das provas, parte da mídia exige a cassação do mandato de Renato, posição encampada por vereadores direitistas. Foi assim que o processo chegou à Comissão de Ética, onde há um Relator racista encarregado do parecer do caso.

As próprias autoridades da Igreja Católica local, após o primeiro

momento, admitiram não ter havido invasão nem interrupção do culto e se posicionaram contra a cassação (embora a nota da Cúria defendesse uma punição “adequada”). Também vozes no PT, por temer “desagradar os católicos”, tiveram posição vacilante na defesa de Renato. Lula, questionado por uma TV de Curitiba, disse que o vereador deveria pedir desculpas (“ele é jovem, ainda vai aprender”).

O DAP junto com outros companheiros apresentaram um projeto de resolução ao Diretório Municipal dizendo simplesmente que “não há crime, não pode haver punição”. Por

incrível que pareça, a proposta foi rejeitada.

O vereador Renato Freitas, ligado aos movimentos negros e às comunidades da periferia. Já foi ameaçado várias vezes, preso pela Polícia Militar e pela Guarda Municipal. É uma voz que incomoda. Mas também agrega: o movimento “Renato Fica” tomou corpo e, hoje, Renato é uma referência na luta contra o racismo estrutural no país.

O caso traz também outra lição: vacilação e conciliação não são boas táticas para se enfrentar um inimigo determinado que, assim que percebe fraqueza, redobra seu ataque.

PETISTA NEGRA AMEAÇADA

A vereadora Marilina de Oliveira, única petista, única negra e única voz de oposição na Câmara Municipal de Brusque (Santa Catarina), também enfrenta processo de cassação de mandato. O caso está na Comissão de Ética. Marilina denunciou o esquema de corrupção no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Brusque, terra do bolsonarista Luciano Hang (“Véio da Havan”). Essa denúncia foi o que bastou para ser processada. Num ambiente inteiramente hostil, a vereadora não se entrega. “Não vão me calar”, afirma. Ela e Renato Freitas, de Curitiba, têm mantido contato. Ambos petistas, negros e perseguidos.



CONSTITUINTE COM LULA PARA FAZER AS MUDANÇAS

Grupos de base organizam delegações ao Ato Nacional de 2 de julho

O ato nacional Pela Constituinte com Lula, promovido pelo Diálogo e Ação Petista (ver detalhes abaixo), é para defender uma perspectiva concreta de mudanças profundas no país. O DAP entende que, eleito presidente, Lula deveria dar passos decisivos para a convocação de uma Constituinte Soberana, que revogue as medidas que tiram direitos (PEC 95, contrarreformas trabalhista e da Previdência, por exemplo) e promova as reformas que o país necessita (política, agrária, urbana, do judiciário, da mídia, o fim da tutela militar e outras).

É o caminho para atender as reivindicações do povo que deve ter a palavra e o poder de decidir seu futuro e o destino da nação. O DAP apresenta suas propostas para um Programa de Emergência (aumento geral de salários; tabelamento de preços; reestatização; revogação das reformas trabalhista e da previdência; revogação das OS's; fim da tutela militar: artigo 142 da Constituição; reforma agrária; demarcação das terras indígenas; titulação dos quilombolas; despejo zero; autodeterminação dos povos, não à guerra!).

O Comitê Nacional do DAP chama os grupos de base, em todos os estados, a trabalhar para garantir as delegações e divulgar amplamente o ato, discutindo com diretórios, lideranças políticas, sindicais e populares que concordam com a perspectiva da Constituinte.

Horas antes do ato, o DAP realizará seu Encontro Nacional, para discutir a conjuntura internacional e do Brasil, as tarefas políticas decorrentes e renovar o Comitê Nacional.



Bahia prepara delegação ao ato

Com cerca de 80 participantes representando dez municípios do estado, o DAP da Bahia realizou seu encontro, dia 14 de maio, em Salvador. Com uma rica discussão sobre a situação política no mundo e no Brasil, o encontro centrou fogo na



Encontro do DAP da Bahia: organizando a luta.

organização da delegação baiana ao ato nacional Pela Constituinte com Lula, decidindo alugar um ônibus garantido de forma autofinanciada.

Para isso, foi organizada uma campanha financeira, com rifas, festas-forró, venda de almoços, doações e outras atividades. O encontro aprovou uma declaração e elegeu uma nova coordenação estadual, que já dirigiu uma orientação aos grupos de base e renovou sua representação no Comitê Nacional.

São Paulo: grupos de base preparam caravanas ao 2 de julho

O DAP estadual paulista reuniu, no dia 21 de maio,



Reunião dos grupos de base em SP

SÃO PAULO



O Diálogo e Ação Petista expressou de forma independente suas propostas no ato de lançamento nacional da candidatura Lula, dia 7 de maio, em São Paulo. Uma presença marcantemente política: as letras que compõem a palavra Constituinte foram erguidas, cada qual com uma proposta de medida de emergência.

ENCONTRO NACIONAL

Convocado para o mesmo dia e local do ato nacional pela Constituinte com Lula, o encontro se dará entre 10 e 12 horas.

O objetivo é aprofundar a discussão sobre a conjuntura internacional (guerra na Ucrânia, ofensiva imperialista contra os direitos dos trabalhadores em todo o mundo, resistência dos povos) e nacional (aprofundamento da crise, degradação das condições de vida da maioria da população, as tendências golpistas de Bolsonaro e as perspectivas políticas para sair dessa maré, centradas, para o DAP, na convocação de uma Constituinte Soberana).

Para enfrentar os desafios do próximo período, o Comitê Nacional será renovado, com a incorporação de novos companheiros.

Para ser efetivamente representativo, o Encontro Nacional será composto por delegados eleitos pelos grupos de base (1 delegado por grupo). Contará também com a presença de convidados.

DAP PRESENTE NO ENCONTRO DO PT-SC

Cerca de 100 militantes do DAP participaram do encontro estadual do PT de Santa Catarina, dia 21 de maio. O encontro lotou o plenário da Assembleia Legislativa, em Florianópolis.

O DAP destacou três pontos: não enfrentamos o fascismo no País, mas sim um governo de extrema direita, autoritário com componentes fascistas; defendemos um programa de emergência e a Constituinte com Lula.

A bancada do DAP se expressou com as reivindicações concretas do povo; aumento geral de salários; tabelamento de preços; reestatização; revogação das contrarreformas

trabalhista e da previdência; revogação das Organizações Sociais, fim da tutela militar (artigo 142 da Constituição); reforma agrária; demarcação das terras indígenas; titulação dos quilombolas; despejo zero; autodeterminação dos povos, não à guerra!

O encontro aprovou a pré-candidatura de Décio Lima ao governo estadual.

Além disso, foi o momento de apoiar as pré-candidaturas ligadas ao DAP,



O DAP presente com força no encontro do PT catarinense.

como as estaduais Lino Peres e Cláudio Marcio, e as federais Renê Munaro e Paulo Horta.

“Maioria do TCU atendeu interesses do mercado”

Diz sindicalista do Conselho Nacional dos Eletricitários sobre Eletrobrás

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por sete votos contra um o processo de privatização da Eletrobrás, no último dia 18. Único voto contrário, o ministro Vital do Rêgo declarou que a Eletrobrás está à venda a preço de banana. No mínimo R\$ 40 bilhões a menos do que vale no mercado, além de colocar como possível o capital privado ser acionista majoritário da Eletronuclear, proibido pela Constituição Federal, pois é questão de segurança nacional.

O governo Bolsonaro se apressa para privatizar, pois Lula afirmou que, caso eleito, não permitirá a privatização da Eletrobrás, Petrobrás, Correios e Banco do Brasil.

É preciso reagir, desde já. Mobilizando os trabalhadores e o povo que serão os prejudicados, em defesa de nossa soberania, contra a privatização. Pois sabemos que a entrega da empresa, ainda mais com as ilegalidades contidas no modelo aprovado pelo TCU, não será evitada por meios judiciais. A afirmação de Lula de que, se eleito, não privatizará a Eletrobrás, deve ser tomada como um chamado à luta, não apenas para elegê-lo em outubro, mas para impedir agora, já, que este crime de lesa pátria se consuma.

O Jornal O Trabalho entrevistou Fabiola Latino Antezana, diretora do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal e do Conselho Nacional



Fabiola Antezana

dos Eletricitários. Entrevista feita por João B. Gomes.

O Trabalho - Qual sua avaliação do processo que levou o Tribunal de Contas da União a aprovar o modelo de privatização da Eletrobrás?

Fabiola Antezana - Bastante incômodo de ver como a maioria dos ministros do TCU delegou ao “deus mercado” o poder de consertar os problemas que existem na modelagem. Ademais não trataram de nenhuma ilegalidade presente no processo. A maioria dos ministros atendeu ao interesse do mercado, colocando em cheque o papel institucional do Tribunal

e colocando no colo do consumidor a conta desse processo ilegal e problemático. Apenas o ministro Vital do Rego cumpriu com seu papel fiscalizador, e apontou seis pontos de irregularidades e determinações necessárias a corrigir os problemas.

OT - A Eletrobrás é a maior empresa de energia da América Latina, qual sua avaliação e das entidades do que significará para o povo brasileiro a privatização?

FA - O povo pagará a conta dessa insanidade. Veja que não estamos falando apenas de ilegalidades e inconstitucionalidades, também há

o papel estratégico da energia como um bem essencial e fundamental ao desenvolvimento do país. Da gestão do uso das águas. Nenhum outro país do mundo com matriz energética similar ao do Brasil, privatiza seu parque gerador, por entenderem se tratar de uma questão estratégica e soberana. A modelagem aprovada aumentará a conta de luz, e o povo pagará duas vezes, na sua casa e na cadeia industrial. Não à toa o governo tenta minimizar os aumentos, com aportes na conta CDE (Conta de Desenvolvimento Estratégico), diminuição de impostos, tudo para encobrir o aumento estrutural que virá.

OT - Quais são os próximos passos das entidades na luta contra a privatização?

FA - Ao Conselho Nacional dos Eletricitários (CNE) nos cabe seguir na resistência e mobilização. Iremos proceder às denúncias e ações necessárias a impedir que esse processo avance. Mas o entendimento maior é de que deve haver uma reação social nas urnas. Enquanto um projeto liberal, que premia o mercado financeiro enquanto o consumidor paga a conta, não haverá tempo bom aos trabalhadores. Precisamos mudar o rumo da política no País, com o processo eleitoral que se avizinha. Por isso, o CNE lançou o comitê de lutas dos Eletricitários, para fazer essa conscientização junto à sociedade.

É preciso recuperar a CUT para a luta sindical

Está na hora de unificar ações por reivindicações concretas

Depois dos fracos atos de 1º de Maio deste ano (ver OT 900), que acenderam um sinal de alerta, as cúpulas da CUT e demais centrais sindicais continuaram reduzindo a sua ação a proclamações genéricas e ações de cunho eleitoral, deixando de ocupar um papel na centralização da ação reivindicativa dos sindicatos em torno de reivindicações concretas, tais como aumento geral de salários, tabelamento dos preços, luta contra as privatizações e em defesa dos serviços públicos, dentre outras.

Uma ação de coordenação e centralização nacional de lutas em curso, que não se pode esperar de centrais como a UGT ou a Força Sindical, não vem sendo assumida pela CUT, cujas instâncias nacionais não retomaram reuniões presenciais até hoje e cuja

sede nacional em São Paulo, embora aberta, está abandonada às moscas.

Um chamado vazio

Uma expressão clara dessa omissão das centrais em exercer um papel de centralização das lutas sindicais é a nota “Contra a carestia e em defesa da democracia” divulgada em 17 de maio por nove centrais (CUT, Força, UGT, CTB, CSB, Nova Central, Inter-sindical, CSP- Conlutas e Pública).

A nota conclama “aos trabalhadores brasileiros reforçar a mobilização contra a fome, a miséria e em defesa da democracia”, sem propor qualquer data de mobilização e muito menos uma plataforma de exigências dos sindicatos. Fala em “unidade das centrais”, “resistência no legislativo e judiciário” contra ataques

aos direitos trabalhistas, “apoiar o processo eleitoral que acontecerá em outubro” (!?), fortalecer campanhas salariais “como uma forma de luta unitária contra a carestia” e convocar “atos nacionais, regionais e locais contra a carestia, a miséria, o desemprego e a defesa da democracia”, quando e como, não se sabe!

A nota após dizer que espera que “tais ações e mobilizações” (quais mesmo?) suscitem o “debate entre a população acerca da necessidade de mudança da atual rota política e econômica que só beneficia os mais ricos”, termina exclamando: “Está mais do que na hora de dar um basta! Por isso, convocamos todas as instituições democráticas a se unirem pela melhoria das condições da população, na defesa da democracia

e contra o golpismo.”

Nenhuma proposta concreta de mobilização, nenhuma exigência concreta em defesa dos interesses da classe trabalhadora, enquanto todas as fichas são depositadas nas eleições de outubro, transformando as organizações sindicais em “cabos eleitorais”, em resumo.

Responsabilidade maior tem a CUT nessa situação, por seguir amarrada aos consensos do “fórum das centrais” e não centralizar a sua própria base para a luta unitária em torno de uma plataforma de reivindicações. Uma situação que deve ser enfrentada em cada sindicato de base e em cada CUT estadual, de modo a recuperar a central para a luta sindical, que é a sua razão de existir.

Julio Turra

Vitória da ocupação Douglas Rodrigues

Depois de nove anos de luta famílias conquistam terreno



Diretores da Ocupação Douglas Rodrigues recebem a notícia do secretário de habitação, João Farias

Em uma visita oficial no dia 13 de maio na ocupação Douglas Rodrigues, na Vila Maria, zona norte de São Paulo, o Secretário de Habitação do município, João Farias, anunciou que o Prefeito Ricardo Nunes (MDB) decidiu desapropriar a área de 50 mil metros quadrados onde vivem e resistem, há nove anos, duas mil famílias, mais de 12 mil pessoas.

A medida, que ainda deve ser encaminhada via um Decreto do Prefeito, vai resolver de forma definitiva a longa batalha do Movimento Independente de Luta por Habitação de Vila Maria, que dirige a ocupação, contra uma ação de reintegração de posse que tramita na Justiça todos esses anos.

O Movimento perdeu todos os recursos jurídicos contra o despejo nas três instâncias, municipal, estadual e federal. O imóvel passa a ser propriedade do município que destinará a área para habitação popular.

A repercussão da vitória foi se espalhando ao longo dos dias, não só entre as famílias envolvidas diretamente, como em toda a região e junto aos diversos movimentos de luta por moradia na cidade. Num evento no dia seguinte ao anúncio, de comemoração dos 10 anos do Laboratório de Remoções, órgão criado por três universidades de São Paulo, centenas de pessoas presentes entre técnicos e dirigentes de movimentos, aplaudiram e vibraram com a conquista.

Terreno conquistado, a luta continua

No sábado, dia 14 de maio, ocorreu a assembleia dos moradores na ocupação. A direção do Movimento informou os detalhes da medida. Cerca de 500 pessoas ouviram atentamente as informações e comemoraram ao final da assembleia, com uma festa improvisada e muitos fogos de artifício.

Nessa mesma assembleia o Movimento anunciou, sob fortes aplausos, a posição da direção de apoiar a candidatura de Lula para presidente e a adesão à campanha nacional por uma Constituinte com Lula. Os moradores votaram por unanimidade a aprovação as duas decisões.

Essa vitória é resultado da persistente mobilização coletiva das

famílias, de dezenas de atos e passeatas, manifestações e audiências e pressão às autoridades durante nove anos. O Movimento também esteve integrado nas mobilizações políticas nacionais durante esse período, entendendo que a solidariedade de sindicatos, da CUT, de parlamentares, de entidades populares e religiosas, de personalidades dos mais diversos setores, seria fundamental para manter uma luta difícil, a longa jornada de resistência que as famílias, isoladamente, não poderiam. Agora medidas de organização estão sendo adotadas para reforçar o Movimento e preparar uma nova fase, já com o pesadelo do despejo afastado definitivamente.

Henrique Ollitta

DAP PREPARA O ATO DE 2 DE JULHO

Na última semana, integrantes da direção do Movimento chamaram reuniões com moradores petistas da ocupação para preparar a participação das delegações que irão ao Ato do dia 2 de Julho "Pela Constituinte com Lula" (ver pág. 5). Em duas atividades numa mesma noite, o debate foi intenso para aprofundar os aspectos políticos da situação. Os ônibus que serão fretados para levar os moradores ao Ato de 2 de julho começaram a ser organizados já nestas reuniões. Um "bilhete" impresso para cada passageiro será uma forma de controle para assegurar uma grande delegação e garantir que cada pessoa faça uma contribuição financeira para custear os ônibus.

Servidores: marcha por 19,9% de reposição

Governo joga na confusão e enfrenta resistência

As notícias sobre o índice de reposição das perdas salariais dos servidores públicos federais são desconstruídas e contraditórias. Esta confusão é produto da tentativa de Bolsonaro em ganhar tempo e trabalhar com o prazo eleitoral de 4 de julho para reajustes, mas também fruto da resistência que se desenvolve no funcionalismo.

No início do ano, Paulo Guedes tentou impor o zero de reposição usando como justificativa a pandemia. Foi a resistência do funcionalismo que obrigou o governo a abandonar o discurso do zero e anunciar um índice linear.

Agora é a guerra na Ucrânia que o ministro usa como desculpa para arrochar os salários dos servidores federais.

Segundo Guedes, em declaração no Fórum Econômico de Davos (Suíça), "perdas acontecem, tem uma guerra e as pessoas perdem um pouco, no mundo inteiro" (...) A inflação acumulada desse ano foi de 5% até agora. É possível repor o funcionalismo deste ano? Sim, até 5% dá".

O fato é que a "proposta" de Bolsonaro não cobre nem perto da metade das perdas, que só nos três anos de seu governo são de 19,99%.

Servidores respondem com ato dia 31

Bolsonaro tenta agradar setores que considera seus e aumenta a pressão sobre o próprio governo. Um portal de notícias informou que o governo pretende conceder reajustes distintos para a área de segurança, a polícia federal ficaria com 4,8%, a polícia rodoviária com 18% e agentes penitenciários com 40%. Esta diferença acabou gerando tensões entre as próprias polícias, atos de agentes de polícia federal se repetiram pelo país.

Contudo nada está resolvido, mesmo os 5% anunciados nunca foram apresentados, pelo menos para a maioria

dos sindicatos. Os servidores do Banco Central tiveram até uma minuta de Medida Provisória que concedia uma reposição de 22% que não durou mais de seis horas. Foi retirada, segundo o governo, por "erros de redação". Os servidores do INSS, que acabaram de encerrar uma greve, também não tem um índice de reposição.

A luta pela reposição emergencial de 19,99% terá um novo capítulo no ato convocado pelas entidades nacionais no dia 31 de maio, em Brasília. É hora de aumentar a pressão e arrancar a reposição.

Marcelo Carlini

Luta contra fechamento de fábrica

Trabalhadores da Caoa Chery em Jacareí (SP) resistem às demissões

Em 5 de maio a Caoa Chery anunciou o fechamento da sua fábrica de Jacareí (SP). Dos 627 trabalhadores, 485 seriam demitidos. Em nota, a Caoa Chery explica que "a empresa está atenta às demandas globais em relação à mobilidade sustentável e assume o compromisso com o Brasil e seus consumidores de eletrificar todos os modelos". "Compromisso" que deve pôr 500 trabalhadores no

olho da rua. A Caoa promete adaptar a fábrica para produzir carros elétricos, mas só depois de 2025. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Weller Gonçalves, declarou na imprensa que desconfia se a empresa retomará atividades nessa fábrica de fato. Enquanto isso, o que era produzido em Jacareí será importado ou compensado pela produção da fábrica da

Caoa de Anápolis (GO)

Em 10 de maio, o Sindicato e a empresa chegaram em um acordo onde os trabalhadores pegariam um lay-off de cinco meses e mais três meses de estabilidade. Mas, e depois? Mesmo esse acordo a empresa se recusa a cumprir. Dia 12, a empresa anunciou que quer demitir os 500 trabalhadores já, pagando uma indenização. Em assembleia os

trabalhadores recusaram as demissões e reafirmaram a proposta acordada pelo sindicato.

Dia 24, cerca de 200 trabalhadores ocuparam por uma hora e meia a fábrica em protesto. No dia seguinte, em retaliação, a Caoa demitiu 580 trabalhadores por telegrama, quase 100 a mais do que eles afirmaram que demitiriam inicialmente

Cristiano Junta

Bolsonaro navega sem ser incomodado

Entre tapas e beijos as instituições se acomodam e deixam o barco andar



Tá tudo muito bem! Moraes e Bolsonaro, um dia após da denúncia do presidente contra o ministro do STF

Em dezembro de 2019, pela primeira vez desde 1996, quando as urnas eletrônicas foram implantadas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incluiu as Forças Armadas entre as "entidades fiscalizadoras" autorizadas a acompanhar os "procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação", ao lado dos partidos políticos, OAB, Ministério Público, Universidades, Polícia Federal e outros.

O que as FFAA têm a ver com fiscalização de eleições? Nada, mas essa foi a resposta do TSE aos ataques golpistas de Bolsonaro e militares do seu entorno.

Em 2021, dois dias após o ato golpista do 7 de setembro, o TSE criou uma desnecessária Comissão de Transparência Eleitoral (CTE) e deu assento às FFAA, reiterando o

chamado para golpistas supervisionarem eleições, como se isso garantisse a democracia.

O General-ministro Paulo Nogueira (Defesa) aproveitou a oportunidade para tentativas de desacreditar o sistema eleitoral e avançar a tutela militar, chegando a enviar ofício ao TSE, em 28 de abril, se autonegando para a CTE. Recuou depois que tudo veio a público.

Enquanto isso, Bolsonaro continuava a xingar Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a cometer crimes, comuns e de responsabilidade, acobertado pela impunidade garantida pelo PGR, Aras, e pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira.

Em 12 de maio Bolsonaro associou um cidadão negro a gado ao perguntar quantas arrobas ele pesava.

A vice-procuradora-geral, Lindôra Araújo, não enxergou aí crime de racismo, apenas "intenção jocosa". Antes, o próprio STF já não vira racismo quando o candidato Bolsonaro fez o mesmo discurso infame sobre quilombolas na Hebraica do Rio de Janeiro, em abril de 2017.

As rusgas entre os poderes provocaram inusitada entrada em cena de autoridades dos EUA - até a CIA! - com o claro intuito de salvar as instituições apodrecidas ao mesmo tempo que se busca atrair as organizações populares para uma defesa da "ordem institucional", num tipo de "união nacional".

Mas nem o bonapartismo judicial nem o bonapartismo policial-militar - que se disputam há séculos - representam uma saída para acabar com a subordinação do Estado semicolonial brasileiro ao imperialismo. Essa ruptura depende da mobilização independente dos trabalhadores

na defesa da soberania popular e nacional na luta por uma Assembleia Constituinte Soberana.

Animados pela impunidade, golpistas inspirados pelo general Villas Boas (aquele que emparedou o STF, em 2018, para permitir a prisão de Lula) ousaram preparar um "Projeto de Nação" em que permaneceriam no poder até 2035 prevendo, entre outras coisas, o fim do SUS gratuito e cobrança de mensalidades nas universidades federais.

Hoje, justiça, congresso, militares, seguem acompanhando a ofensiva bolsonarista contra o povo e a nação, como agora na MP 1089 que, sob a cobertura de gratuidade a bagagens em viagens aéreas, permite a construção de pistas de pouso sem controle da ANAC (portanto clandestinas), para alegria de traficantes, milicianos, garimpeiros ilegais e ricaços estrangeiros (ver Box).

Rafael Potosí

MUSK NO BRASIL, DE OLHO NO LÍTIO

O espalhafatoso encontro entre Bolsonaro e o bilionário yankee Elon Musk tem muito mais a ver com lucros em moeda sonante do que com papagaiada direitista. Musk quer os 8% de reservas mundiais de lítio que pertencem ao Brasil para a construção dos seus "carros elétricos" (que nada têm de "sustentáveis", ao contrário do que diz a propaganda). Também quer nióbio para suas aventuras aeroespaciais, metal que se encontra, essencialmente, na Amazônia, em áreas de proteção ambiental.

Não é por acaso que o encontro foi justificado pela instalação de uma rede de satélites (Starlink) que forneceria internet e monitoramento - já feito pelo INPE - na Amazônia. Também não parece ser por acaso que Bolsonaro editou a MP 1089 que permite a construção de pistas de pouso particulares sem nenhum controle estatal. É a abertura para a mais brutal violação da soberania do território nacional.

Inflação castiga e governo ataca o FGTS

Com inflação alta, alimentos básicos faltam na mesa dos trabalhadores

A inflação acumulada nos últimos 12 meses ultrapassou os 12%. Há uma generalização na alta em todos os itens da cesta de bens e serviços. Com salário e renda congelada ou reduzida nos últimos anos, a família trabalhadora vê seu carrinho de supermercado cada vez mais difícil de encher.

A política deliberada de Bolsonaro de liquidar com a regulação de estoques de alimentos em armazéns públicos (Conab), de liberar os preços de combustíveis e outros administrados, facilitou enormemente a alta agressiva e generalizada dos preços.

Alimentos básicos foram drasticamente reduzidos da lista dos consumidores (pesquisa Horus): o leite (cujo preço subiu 69% neste último ano) teve 2% de queda nas compras do consumidor médio. Algo similar

ocorreu com o óleo de cozinha e a carne bovina.

Ataque ao Fundo de Garantia do trabalhador

Enquanto isso, o governo Bolsonaro discute preparar uma ampla flexibilização nas regras do Fundo de Garantia (FGTS) para "reduzir o custo" aos patrões. O ministério da Economia apresentou proposta de cortar a alíquota (paga pelas empresas) sobre o salário dos trabalhadores, de 8% a 2%, e reduzir a multa em caso de demissão sem justa causa, de 40% para 20%.

É mais um ataque ao trabalhador, que terá o dinheiro de seu FGTS reduzido enormemente. Quando demitido sem justa causa (ou em outras situações excepcionalmente permitidas pelo governo), o empregado pode sacar o dinheiro do FGTS

para sobreviver. Se aprovada tal flexibilização, os trabalhadores terão, portanto, uma enorme redução de tal fundo.

Os patrões e o governo alegam que isso facilitaria a contratação. Falso,

todos sabem. Pois as Reformas Trabalhistas (2017 e 2021), defendidas com a mesma alegação, não só não criaram postos, como geraram mais desemprego e precarização.

Alberto Handfas

JORNALISTAS EM CAMPANHA

Jornalistas da cidade do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo enfrentam campanhas salariais duríssimas. Do outro lado da mesa, em ambas as negociações, estão empresas poderosas, em particular o grupo Globo, que rejeita reajustes. A novidade é a realização de paralisações dos trabalhadores, expressão de combatividade e de amadurecimento da categoria.

Profissionais dos jornais e revistas do Rio planejam paralisação de duas horas neste 25/5. Eles exigem reposição de 10,6% nos salários, enquanto o sindicato patronal oferece somente 4%. No estado de São Paulo, a campanha salarial do segmento de rádio e TV - que manteve altos lucros mesmo na pandemia - desenvolve-se há seis meses, e os patrões propõem reajuste de apenas 5,5%, metade do índice da inflação do período (10,96%). A ação de braços cruzados no Rio se inspira em vitoriosa paralisação dos jornalistas de jornais e revistas da cidade de São Paulo, em novembro passado, que obteve para a grande maioria da categoria os 8,9% de reajuste reivindicados.

Reforma Agrária paralisa com Bolsonaro

Governo protege latifundiários de todas as formas

Além de reduzir créditos para a Agricultura familiar, desmontar a CONAB e a Embrapa (ver OT 900), desde o início de seu governo Bolsonaro assentou apenas 2,8 mil hectares de terras.

Para efeito de comparação, durante os oito anos do governo Lula foram incorporados 47,6 milhões de hectares, o que representava mais do que o dobro feito pelo tucano FHC (20,8 milhões).

Depois de Lula, no governo Dilma iniciou-se uma queda significativa do orçamento para aquisição de terra para fins de Reforma Agrária. A própria Dilma, em seu primeiro mandato assentou apenas 3,1 milhões de hectares.

Golpe foi um marco regressivo

Com o golpe o corte foi ainda mais drástico. Temer assentou apenas 664

mil hectares, enquanto Bolsonaro quase zerou a cifra.

Em termos orçamentários a queda é igualmente vertiginosa. Em 2011 foram 911 milhões destinados a este fim, enquanto em 2022 o governo alcançou o valor ínfimo de 2,4 milhões.

Nos últimos anos Bolsonaro impôs uma mudança nos processos de incorporação de terra. Agora o foco está na entrega de títulos de propriedade sem apresentar nenhuma política de estímulo à produção e à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Os pequenos produtores necessitam de um verdadeiro programa de reforma agrária e de políticas públicas que garantam a sua permanência no campo. O risco da manutenção dessa distribuição não planejada é de que essas terras acabem voltando para as mãos de grandes proprietários, pois

sem incentivo muitos pequenos produtores acabam sendo obrigados a vender suas terras.

Com essa queda, desde o golpe de 2016, quem sofre em primeiro lugar, são as famílias que tiram seu sustento da terra e precisam da reforma agrária.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos primeiros três anos de Bolsonaro foram assentadas apenas 483 famílias e neste ano o instituto está com suas atividades praticamente paralisadas por falta de recursos.

Órgãos do governo estão paralisados de propósito

De acordo com denúncia feita no jornal Folha de São Paulo, o presidente do órgão, Geraldo Melo Filho, em ofício enviado às

superintendências regionais determina que qualquer atividade, como visitas técnicas, vistorias, fiscalizações e supervisões só podem ser efetivadas com autorização prévia da direção, em outras palavras, há uma paralisação do instituto.

Essa situação coloca a necessidade de construir um movimento de retomada dos assentamentos para fins de Reforma Agrária e de políticas de valorização da agricultura familiar no país.

O programa de governo do presidente Lula deve incorporar essa necessidade do povo para buscar transformar a realidade de fome e desemprego que assola o Brasil.

Afinal, somente o MST afirma ter 90 mil famílias acampadas em barracas a espera de um assentamento. Um número que tende a crescer em decorrência da crise econômica.

Desigualdade racial no mercado de trabalho é brutal

Dados mostram enorme diferença salarial entre brancos e negros

Os traços da desigualdade racial que se perpetuam até hoje em nosso país são uma das principais marcas do período da escravidão. Os números em diversos setores trazem à tona a dura situação a que está submetida a população negra no país e exigem atenção cotidiana.

Os dados do ano passado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o desemprego entre pretos (16,3%) e pardos (15%) é superior entre os brancos (10,8%). Quando levamos em consideração a taxa de informalidade, ou seja, trabalhos sem vários direitos trabalhistas e muitas vezes precarizados a taxa entre negros também é maior (52,9% para pardos e 49,4% para pretos) que entre brancos (43,8%).

A diferença fica mais evidente quando analisamos a discrepância na renda do trabalhador brasileiro. A média de um trabalhador preto foi de R\$ 1.907,00 em 2021, enquanto para o trabalhador branco foi de R\$ 3.310,00.

Acesso à educação é questão chave

Essa diferença não é apenas a discriminação e o racismo do momento em que um jovem negro vai bater à porta da empresa para pedir um emprego. É também um reflexo de um percurso prévio de falta de acesso a direitos, principalmente no que se



Negros são as maiores vítimas da exploração e do genocídio no Brasil

refere à educação.

Para Rafael Osório, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) "a desigualdade racial é uma questão multidimensional. Parte da diferença de renda está ligada à diferença de educação, já que temos mais trabalhadores brancos com educação mais avançada que trabalhadores negros. Isso tem razões históricas e mesmo com as cotas das universidades ainda não mudou. Mas a desigualdade regional também ajuda a explicar por que temos mais negros no Norte e no Nordeste do que no Sul. Então há um efeito composição".

De fato, a política de cotas nas

universidades públicas fez a parcela de jovens negros entre 18 e 24 anos que era de 32% nas universidades públicas em 2001, subir para 40% em 2012 e para 52% em 2021. O dado é ainda mais significativo se considerarmos a expansão de vagas no período.

Mas isso não resolve todos os problemas. Como aponta Luiz Augusto Campos, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), os dados da Pnad demonstrariam que o acesso ao Ensino Superior público melhorou depois das cotas, embora o avanço

tenha sido até 2016 e esteja estagnado desde então. Mas o próprio Campos destaca que "é preciso ter cuidado com os dados da média de acesso, porque cursos como medicina e engenharia ainda apresentam uma participação menor de pretos e pardos."

Acrescenta-se a esse problema o fato de que a grande maioria dos jovens negros no Brasil segue fora das universidades, ampliando ainda mais o fosso em relação ao tempo de educação formal.

Diferença de cor e de gênero

O economista da LCA Consultores, Bruno Imaizumi, chama a atenção para a "nítida e expressiva diferença" entre os grupos populacionais (o de brancos e o de pardos/negros) na questão de rendimento do trabalho. E essa disparidade se soma à questão de gênero: homens brancos têm renda média maior que a de mulheres brancas (R\$ 4.310,00 versus R\$ 3.410,00 em 2021), que por sua vez têm rendimento maior que o de homens pretos (R\$ 2.241,00) e pardos (R\$ 2.604,00) e mulheres pretas (R\$ 1.768,00) e pardas (R\$ 1.953,00). Na pandemia, ainda houve um efeito maior entre as mulheres, que tendem a deixar mais o mercado para se ocupar com os cuidados com a família. Assim, mulheres pretas e pardas ainda sofreram mais", destaca.

Joelson Souza

Atos rechaçam cúpula da Otan em Madri

Além da mobilização há proposta de conferência internacional contra a guerra

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) realizará sua reunião de cúpula em Madri nos dias 29 e 30 de junho, tendo na pauta a ampliação dos gastos militares europeus.

O movimento sindical e popular do Estado espanhol prepara manifestação de protesto contra a cúpula, no dia 26, e companheiros espanhóis que participaram da Conferência Europeia de Emergência de abril (leia em OT 899) propõem também a realização, no dia 25, de um ato ou conferência internacional contra a guerra e a Otan.

Em correspondência enviada à Nova Corrente de Esquerda (NAR), da Grécia, e ao Partido Operário Independente (POI), da França – que organizaram a conferência de emergência – os companheiros pedem que se discuta a efetivação desse encontro, com a

presença de delegados europeus contra a guerra. O apelo foi enviado pela NAR e pelo POI aos participantes do evento de abril.

O texto enviado avalia: “A cúpula dos 30 países da Otan, que será presidida pelo presidente dos EUA, Joe Biden, é realizada ao mesmo tempo que uma guerra se desenvolve na Europa. Guerra iniciada pela brutal invasão da Ucrânia por parte do exército de Putin e instigada pela política imperialista da Otan, que pressiona os países da Europa para obter o fornecimento de armas, um dos negócios mais lucrativos desse conflito, para o capital dos EUA, junto com o da energia.

Entre os objetivos dessa reunião, que vai aprofundar a política de guerra, está forçar todos os países-membros a aumentarem ainda mais os gastos militares (após a decisão

dos EUA de aprovar um fundo de 30 bilhões de dólares para armar a Ucrânia)”.

Tradição de luta

Na Espanha, existe forte tradição de luta contra a Otan e a guerra. Na década de 1980, ocorreram manifestações gigantescas contra o ingresso do país na organização. A maior delas, em Madri, reuniu mais de um milhão de pessoas, o que obrigou o governo a convocar um referendo sobre a questão. Em 1986, apesar de várias manobras e da pressão enorme do aparato de Estado e do capital, quase sete milhões de pessoas (mais de 43% do total) votaram pela saída da Otan.

A cúpula, com Biden na presidência, traduz a submissão dos governos europeus aos interesses econômicos e militares do imperialismo

estadunidense. Por exemplo, o governo espanhol de coalizão, dirigido por Pedro Sánchez, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em memorando enviado à União Europeia, aceita que os servidores públicos percam o seu poder aquisitivo e se dispõe a pôr em prática os fundos de pensão privados.

Por isso, a ideia é reunir no dia 25 militantes e dirigentes de vários países da Europa, como contribuição ao combate internacional contra a cúpula, tendo como base a independência das organizações e da ação dos trabalhadores e dos povos em relação à política belicista de seus governos. E participar, no dia seguinte, do ato convocado pelas centrais sindicais CCOO e UGT e por outras entidades espanholas.

Correspondente

Mélenchon: “Do momento em que rompemos, podemos nos unir”

Discurso na convenção das candidaturas da coalizão Nupes

Reproduzimos o histórico discurso do líder da França Insubmissa em 7 de maio, Jean-Luc Mélenchon, candidato à Primeiro-Ministro, com base nas eleições legislativas francesas cujo primeiro turno é em 12 de junho. O registro é de Informações Operárias, órgão do Partido Operário Independente (11/5/22):

“Acabamos de viver quarenta anos de neoliberalismo dominando o planeta, saqueando as empresas públicas, pilhando a natureza, destruindo os seres humanos. Este sistema está agonizante, todos sabem, é necessário encontrar outro caminho. Não há saída para a crise que a humanidade enfrenta, a não ser na ruptura com tal sistema.

Cada um terá sua bancada

Foi o que aconteceu na eleição presidencial. Havia uma grande questão e nosso povo a decidiu: ele formou um bloco popular escolhendo não uma pessoa, mas uma direção e um programa, o da ruptura com o passado. Então, a partir do momento em que decidimos romper, nós podemos nos unir. A união é possível através da ruptura. É claro, não teremos a ingenuidade de acreditar que esta força social que se formou está definitivamente constituída.

De agora em diante, somos o que somos, cada um por sua parte, socialista, comunista, insubmisso, verde,

anarquista, trotskista, apaixonados por nosso país. Mas também temos uma identidade adicional, aquela que estamos construindo, ou seja, a Nova União Popular Ecológica e Social (Nupes).

Nupes? Sim, são forças de esquerda que estão se unindo. Mas não é a ‘esquerda unida’, não é a ‘esquerda plural’, não é a ‘união da esquerda’ (nomes das coalizões do PS, PCF e Verdes nas últimas décadas - NdE). É uma nova página da história que se chama de União Popular Ecológica e Social. Não vamos reviver o passado ou viver na obsessão do espelho retrovisor. É uma nova página, temos que inventar, temos que criar, vai ser preciso trabalhar para levar esta identidade a ser radical.

A Nupes é um método, um parlamento, na campanha tentaremos reuni-lo o máximo possível (referência ao ‘parlamento da União Popular’ da campanha presidencial - NdE), cada um terá sua bancada na Assembleia Nacional e haverá um coletivo das bancadas.

Hoje, estamos opondo um ato de resistência coletiva a uma era de maltrato social, ao meio ambiente e à democracia, por parte de um poder que quer nos arrastar ainda mais para o colapso neoliberal, para a destruição que começaram com reforma do Código do Trabalho, continuaram com a destruição do hospital

público, e agora gostariam de continuar com a pilhagem da escola e a mercantilização do conhecimento.”

O salário mínimo será aumentado para 1400 euros

É um ato de resistência, repetimos, não queremos a aposentadoria aos 65 anos. Assim que chegarmos ao governo, o salário mínimo será aumentado para 1.400 euros (mais de R\$ 7.000), vocês podem contar

comigo. Convocaremos convenções obrigatórias de negociação salarial em todo o país para examinar toda a grade salarial, levando em conta a inflação.

Vamos congelar os preços de todos os produtos de primeira necessidade, porque nosso povo está sofrendo. Queremos libertar as pessoas das dificuldades da sobrevivência e da servidão em que a miséria os aprisiona”.



À partir da esquerda, Christian Rodriguez - candidato de Mélenchon para a vaga da América Latina no parlamento francês que visitou o PT em 16 de maio, onde foi recebido pela presidente Gleisi Hoffmann - participou da conversa com Markus Sokol e Luiz Eduardo Greenhalg, dirigentes, José Genoíno ex-presidente, e Fabio El-Khoury assessor

Haiti: povo é refém de guerra de gangues

Romper o muro de silêncio sobre o que se passa no país irmão

Em 24 de maio, os dirigentes David Oxiène, do Movimento Liberdade, Igualdade, Fraternidade entre Haitianos (Moleghaf), e Dominique Saint-Eloi, da Central Nacional de Operários Haitianos (CNOHA), enviaram uma carta ao Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) na qual denunciavam a situação caótica existente hoje no Haiti, sobre a qual pesa um silêncio total da grande mídia. Abaixo trechos da mesma:

“Aos companheiros e amigos do movimento operário e democrático

Desde a chegada ao poder em 2015 do Partido Haitiano Tèt Kale (PHTK), o país vive uma situação caótica e de grandes dificuldades, sem jamais conhecer uma paz real com os dirigentes do PHTK sendo teleguiados pelo imperialismo dos EUA e sua política de guerra nos planos político, social e econômico.

Todas as instituições são dirigidas



Manifestante ergue cartaz "Parem de apoiar gangues em nosso Haiti"

por agentes do imperialismo, notadamente a Polícia Nacional Haitiana (PNH), o Conselho Eleitoral Provisório e também o controle das fronteiras. É o imperialismo dos EUA que organiza as eleições com o único objetivo de colocar seus lacaios e satélites no poder e salvaguardar seus interesses.

Assim, ao invés de reduzir as desigualdades sociais criadas pelo sistema capitalista contra as massas trabalhadoras, a sua discriminação amplificou-se a ponto de serem ignoradas as necessidades humanas

e sociais mais elementares e vitais. Não há escolas sérias, não há hospitais e nem estrutura de saúde que possam servir à população miserável, não há eletricidade para todos. O país não funciona economicamente, a maioria dos produtos que consumimos vem do exterior, em particular da República Dominicana. A inflação é galopante, dada a raridade dos produtos e o frágil

poder de compra das massas populares, mergulhadas na pobreza mais vergonhosa.

Abaixo o muro de silêncio sobre a situação catastrófica que vive o povo do Haiti, primeira República negra do mundo

Ademais, há várias semanas, uma guerra de gangues (milícias armadas a serviço de políticos e empresários, NdT) tornou a situação ainda mais difícil para os cidadãos do departamento oeste do país que vivem nos bairros abandonados pelo Estado

haitiano, refratário e oligárquico. Uma insegurança, fabricada nos laboratórios do imperialismo, pesa sobre as favelas onde vive a maioria do povo trabalhador e já provocou dezenas de mortos desde 24 de abril. Os protestos e pedidos de ajuda da população são ignorados pelas autoridades locais e pelos membros do Core Group (Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, União Européia, OEA e ONU, NdT).

Denunciamos o papel do imperialismo através de seus agentes e instituições como o Core Group, a BINUH (missão política da ONU que substituiu a missão militar Minustah, NdT), a embaixada dos EUA e seus aliados, a USAID e a União Européia, como responsáveis por essa situação.

Em nome do Moleghaf e da CNOHA, organizações membros do CILI, lançamos um vibrante apelo à solidariedade para que possamos fazer face à essa situação terrível e continuar de pé para travar a luta pela soberania do Haiti. Contamos com a vossa ajuda militante."

Porto Príncipe,
24 de maio de 2022

EUA: suprema corte quer atacar direito ao aborto

Contra esta ameaça milhares se mobilizam no país

Um anteprojeto de relatório, com o apoio da maioria dos juizes da Suprema Corte estadunidense, "vazou" na imprensa no início de maio.

Essa espécie de rascunho mostrou que esses magistrados planejam rever a decisão de 1973, conhecida como Roe versus Wade (o nome do processo judicial), a qual decidiu que o direito ao aborto, à interrupção voluntária de uma gestação, é garantido pela constituição em todo o território dos Estados Unidos.

Ao entender que tal direito se ampara na chamada "décima quarta emenda", o direito à privacidade, a Suprema Corte havia decidido, então, que nenhuma legislação estadual poderia impor impedimento ou constrangimento à interrupção da gravidez decidida pela própria mulher. É isso que segue em vigor nos EUA e é isso que esses juizes pretendem mudar.

Uma hipotética reversão da sentença de 1973 não instituiria a proibição do aborto em todo o país. Mas suspenderia a proteção judicial que impedem os legislativos e governos estaduais mais conservadores de fazê-lo (diferente do Brasil, nos EUA este tipo de legislação é definida em cada um dos Estados).

Cerca de 30 Estados, dos 50 da



Manifestação em Washington, EUA, em 14 de maio em defesa do direito ao aborto

União, já têm suas próprias restrições ao aborto, as quais hoje são consideradas inconstitucionais pela decisão Roe versus Wade, mas que podem entrar em vigor caso esse entendimento caia.

Em outros Estados, como Califórnia, Nova York ou Nova Jersey, é provável que o aborto continue legal. "Isso significa que serão os estados mais ricos, os mais brancos, que terão acesso ao aborto", afirma Jamie Manson, presidente da organização Catholics for Choice (Católicas pelo Direito de Escolher, em tradução livre). Também será possível às mulheres viajarem

para realizar o procedimento nestes Estados, o que apenas as mais ricas e menos vulneráveis conseguirão fazer, claro.

Manifestações em defesa do direito

Na noite de 14 de maio, atendendo ao pedido de dezenas de organizações políticas e ativistas, houve manifestações em mais de 400 cidades estadunidenses. Milhares de mulheres e homens protestaram em frente a prédios do Judiciário em todo o país. Quase 60% da população acredita que o aborto deve ser legal em todos ou na maioria dos casos.

A mesma luta em todo o mundo

Seja nos Estados Unidos, na Espanha (onde o Tribunal Constitucional pretende deliberar sobre a Lei de Aborto), no Brasil (onde o aborto é caso de polícia e tentam bloquear o debate sobre isso), a luta por esse direito é uma luta pela vida das mulheres.

Aproximadamente 45% de todos os abortos realizados no mundo são inseguros e envolvem a hospitalização de cerca de sete milhões de mulheres por ano. Um relatório recente do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) alertava para "uma emergência de saúde pública" criada pelas restrições, legais ou de fato, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

O relatório informa, por exemplo, que os abortos inseguros causam entre 5 e 13% de todas as mortes maternas, "o que os torna uma das principais causas de mortalidade materna". E que mais de 60% das gestações indesejadas terminam em aborto, em condições seguras ou inseguras, legais ou ilegais, onde quer que essas gestações ocorram.

Priscilla Chandretti
Com informações de Ana Pérez para o jornal espanhol Información Obrera

Guadalupe: processo de Elie Domota

Testemunhas e advogados acusam Estado colonial francês

Em 19 de maio prosseguiu o processo contra Elie Domota em Guadalupe, colônia francesa no Caribe, com o depoimento das últimas testemunhas, que continuaram a acusar o Estado francês de envenenamento da população pelo clordecona (pesticida agrícola) e pelas violências policiais contra os trabalhadores, como as que o próprio réu sofreu quando de sua detenção numa manifestação em Pointe-à-Pitre.

O procurador foi obrigado a reconhecer que "o procedimento de interpeleção do réu não foi perfeito" e pedir que fosse relaxada a acusação de que Domota não teria se submetido às forças da ordem. Mas ele manteve a acusação de "violência voluntária" contra um policial e a multa de 3 mil euros por essa razão.

Os advogados de defesa demonstraram que em nenhum momento se menciona que Domota teria atacado um policial, pedindo o puro e simples relaxamento dessa acusação. O tribunal vai deliberar no próximo dia 28 de junho. Até lá, os companheiros de Guadalupe solicitam a continuidade da campanha dirigida às autoridades locais pela absolvição total de Elie Domota.

"Tudo para tentar abafar a contestação"

Domota explica, no boletim distribuído pela Associação de Trabalhadores de Povos do Caribe (ATPC) em 26 de maio, que: "Essa segunda sessão confirmou que esse processo só existe pela vontade do Estado colonial de tentar de tudo para abafar a

contestação social em Guadalupe. Testemunhos mentirosos de policiais sobre violências inexistentes, desmentidos pelos vídeos mostrados na primeira audiência. Um procurador que inventa fatos que jamais ocorreram. Um processo vazio de provas, mas no qual se condena a uma multa de 3 mil euros.

A única certeza é que se quer condenar para atemorizar, intimidar, diabolizar a ação sindical e criminalizar os militantes.

A revolta dos guadalupenses diante do arbítrio, do desprezo e diante da discriminação deve cessar por todos os meios. Este é o sentido da acusação do procurador, uma verdadeira acusação política."



Elie Domota

Correspondente

Tribunal do Equador determina prisão de Jorge Glas

Continua o "lawfare" e a perseguição midiática

Depois que, em 10 de abril, o ex-vice-presidente do Equador, Jorge Glas, saiu da prisão de Latacunga por força de um habeas corpus, o governo direitista de Guillermo Lasso apoiado por um batalhão de jornalistas, procuradores, comentaristas desencadeou uma violenta campanha para reverter a decisão, o que finalmente ocorreu, em 20 de maio, por sentença de um Tribunal da região de Santa Elena.

Glas foi condenado sem provas, em 2017, acusado de suborno, associação ilícita e peculato em casos de corrupção envolvendo a filial equatoriana da empresa brasileira Odebrecht. Foi novamente colocado em prisão, desta vez na cidade de Quito, capital do país. Ele é vítima dos mesmos métodos lavajatistas que se abateram contra Lula e outros dirigentes do PT no Brasil.

A própria sentença do Tribunal que cassou o habeas corpus é um exemplo de perseguição. Ela chega a inverter postulados jurídicos ao alegar que a Procuradoria Geral do Estado equatoriano teve prejudicado seu direito de defesa no julgamento do habeas corpus. Como se quem estivesse

privado de liberdade fosse o Estado e não o cidadão Jorge Glas.

Na mesma sentença, o Tribunal ainda mandou instalar procedimentos disciplinares contra o juiz, funcionários da seção judicial que havia concedido o habeas corpus de abril e do serviço prisional que participaram das audiências.

Nesta situação em que a perseguição se aprofunda é necessário o fortalecimento da campanha pela libertação de Jorge Glas e pelo fim do "lawfare".

Os militantes do "Comitê 2 de Outubro - Verdade, Justiça, Solidariedade", antena equatoriana do "Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio" (CILI) já voltam neste domingo, 22 de maio, aos plantões semanais, agora em Quito, que vinham realizando desde outubro de 2017.

O advogado de Glas, Edison Loaiza, vai apresentar um novo habeas corpus em Quito. E será retomada a campanha internacional a partir de um chamado a ser lançado pelos companheiros equatorianos.

Num vídeo gravado pouco antes



Jorge Glas

de retornar voluntariamente à prisão, Glas reforçou que é vítima de uma "perseguição judicial infame, sem precedentes" e agradeceu aos que lutam por justiça confiando que "volto à prisão, mas tornarei a sair".

No twitter, o ex-presidente Rafael Correa escreveu "houve uma pressão

mediática e política sem precedentes sobre o Tribunal de Santa Elena que visivelmente sentenciou contra o direito. A maldade voltou a triunfar, mas a vitória definitiva será nossa, não tenham dúvidas

Edison Cardoni

ASSINE O TRABALHO!

Em comemoração aos seus 44 anos de existência de forma completamente independente o Jornal O Trabalho está em uma Campanha de Assinaturas até o dia 1º de julho, com o objetivo de expandir a sua rede de assinantes.

Esta campanha busca dialogar com o conjunto de nossos leitores que ainda não são assinantes para que reforcem o nosso jornal e, mais ainda, para que o apresentem a outros companheiros que possam se apropriar de uma leitura independente, internacionalista e que, ao longo dessas mais de quatro décadas, busca ser um ponto de apoio a luta dos trabalhadores e da juventude pela democracia e pela soberania nacional.

O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br